
**ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM
GARANTIAS ADICIONAIS, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO
PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA SANTOS
ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.**

ENTRE

SANTOS ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.,
como Emissora,

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.
*representando a comunhão dos titulares adquirentes das debêntures objeto da
presente emissão*

e

**CENTRAL EÓLICA SÃO JORGE S.A., CENTRAL EÓLICA SÃO CRISTÓVÃO
S.A., CENTRAL EÓLICA SANTO ANTONIO DE PÁDUA S.A.,**
como fiadoras

Datado de

09 de abril de 2013

ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIAS ADICIONAIS, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA SANTOS ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.

Pelo presente instrumento particular,

SANTOS ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Avenida Senador Virgílio Távora, n.º 1.701, sala 707, Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, inscrita no CNPJ/MF, sob o n.º 08.685.391/0001-37, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");

E, de outro lado,

como agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das debêntures da 1ª (primeira) emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantias adicionais, da Emissora ("Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista"),

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.900, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 67.030.395/0001-46, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("Agente Fiduciário" ou "Planner");

Como fiadoras,

CENTRAL EÓLICA SÃO JORGE S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Trairi, Estado do Ceará, Praia de Guajiru, S/N, Zona Rural, CEP 62.690-000, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 09.571.485/0001-48, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, doravante denominada simplesmente "São Jorge";

CENTRAL EÓLICA SÃO CRISTÓVÃO S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Trairi, Estado do Ceará, Curimãs, S/N, Zona Rural, CEP 62.690-000, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 10.272.500/0001-36, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, doravante denominada simplesmente "São Cristóvão";

CENTRAL EÓLICA SANTO ANTONIO DE PÁDUA S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Trairi, Estado do Ceará, Sítio Mundês, S/N, Zona Rural, CEP 62.690-000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.601.233/0001-14, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, doravante denominada simplesmente "Santo Antonio de Pádua" e, em conjunto com São Jorge e São Cristóvão, "Fiadoras" ou "SPEs".

Vêm, por esta, e na melhor forma de direito, celebrar a presente "*Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Emissora*" ("Escritura"), mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I **AUTORIZAÇÃO**

A presente Escritura é celebrada com base nas deliberações tomadas em Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 08 de abril de 2013 ("AGE"), conforme faculdade prevista no parágrafo 1º do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

CLÁUSULA II **REQUISITOS**

A 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantias adicionais, nominativas, escriturais, em série única ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Oferta" e "Instrução CVM 476", respectivamente), será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Arquivamento e Publicação da Ata de AGE

2.1.1. A ata da AGE será devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado do Ceará (“JUCEC”), e publicada no Diário Oficial do Estado do Ceará (“DOECE”) e no jornal “O Estado”.

2.2. Inscrição da Escritura

2.2.1. A presente Escritura e seus aditamentos (“Aditamentos”) serão inscritos na JUCEC, de acordo com o exigido pelo artigo 62, inciso II da Lei das Sociedades por Ações, em até 05 (cinco) dias úteis da data de sua respectiva celebração.

2.2.2. Esta Escritura e Aditamentos deverão ser registrados ou averbados, conforme o caso, nos cartórios de títulos e documentos da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e das cidades de Fortaleza e Trairi, Estado do Ceará, conforme disposto no artigo 129, item 3, da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e alterações posteriores (“Lei n.º 6.015”).

2.3. Dispensa de Registro na CVM

2.3.1. A Oferta está automaticamente dispensada do registro de distribuição na CVM, pois as Debêntures serão distribuídas com esforços restritos nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

2.4. Registro para Distribuição e Negociação

2.4.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário no MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”) e para negociação no mercado secundário no CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo as distribuições e as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.5 Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”)

2.5.1. A Oferta está automaticamente dispensada de registro na ANBIMA, nos termos do parágrafo 1º do artigo 25 do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para

as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

2.6 Constituição das Garantias Adicionais

2.6.1. Os Contratos de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Conta Bancária, conforme definidos na Cláusula 4.1.10.1.1 abaixo, o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes, conforme definidos na Cláusula 4.1.10.1.2 abaixo, o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, conforme definidos na Cláusula 4.1.10.1.3 abaixo e os Contratos de Alienação Fiduciária de Bens Móveis, conforme definidos na Cláusula 4.1.10.1.4 abaixo, serão devidamente registrados nos cartórios de títulos e documentos competentes no prazo de 03 (três) dias úteis a contar a data de celebração do respectivo contrato acima citado, e no caso do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, também deverá ser registrado no Livro de Registro de Ações, nos termos do artigo 62, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, artigo 1.361 do Código Civil e artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965.

2.6.2. Nos termos do artigo 129 da Lei nº 6.015, em virtude da garantia fidejussória, a Escritura deverá ser levada a registro nos cartórios de títulos e documentos da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e das cidades de Trairi e Fortaleza, Estado do Ceará, em até 03 (três) dias úteis contados de sua assinatura. A Emissora deverá enviar ao Agente Fiduciário cópia desta Escritura registrada no cartório competente no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de efetivação do último registro.

2.6.3. Em decorrência da constituição da garantia outorgada pela Abengoa, S.A., com sede na C/ Energia Solar n-1, Campus Palmas Altas, 41014, Sevilla, Espanha ("Abengoa Espanha"), a Garantia Externa (conforme definida abaixo) deverá ser notariada e consularizada, a fim de que possa ser comprovada a sua correta constituição.

CLÁUSULA III

CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

A Companhia tem por objeto a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia ou acionista, podendo ou não controlá-las, podendo ou não deter-lhes o controle acionário ou societário, bem assim a gestão de ativos próprios.

3.2. Número de Emissão

3.2.1. A presente Escritura contempla a 1ª emissão pública de Debêntures da Emissora.

3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão é de R\$37.000.000,00 (trinta e sete milhões de reais) ("Valor Total da Emissão"), na Data de Emissão, conforme definida na Cláusula 4.1.8 a seguir.

3.4. Destinação dos Recursos

3.4.1. A totalidade dos recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures após o pagamento das despesas e comissões da Oferta será destinada (a) à amortização e pagamento dos valores devidos relacionados à Cédula de Crédito Bancário de n.º 6.447.845, emitida em 14 de dezembro de 2012 pela Emissora, conforme aditada, em favor do Banco Bradesco S.A., no montante de principal de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais); e (b) pagamento de despesas gerais e administrativas da Emissora.

3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob regime de garantia firme de colocação, no montante de R\$ 37.000.000,00 (trinta e sete milhões de reais), prestada pelo Banco Bradesco BBI S.A. ("Coordenador Líder") de forma individual e não-solidária, conforme os termos e condições estabelecidos no "*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais, em Regime de Garantia Firme, da Santos Energia Participações S.A.*" ("Contrato de Distribuição") a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder.

3.5.2. As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476 e do cumprimento, pela Emissora, do disposto no artigo 17 da Instrução CVM 476. Observado o disposto no artigo 4º, incisos I e II, da Instrução CVM 476, somente investidores qualificados,

assim considerados nos termos da definição do artigo 109 da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409") e do artigo 4º da Instrução CVM 476 ("Investidores Qualificados"), poderão subscrever ou adquirir as Debêntures, ressalvado o disposto no parágrafo 1º do artigo 15 da Instrução CVM 476.

3.5.3. Sem prejuízo do disposto acima, no âmbito da Emissão: (i) somente será permitida a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados pelo Coordenador Líder; e (ii) as Debêntures somente poderão ser adquiridas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, nos termos da Instrução CVM 476.

3.5.4. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente, entre outras coisas, de que: (i) a Emissão não foi registrada perante a CVM; e de que (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura.

3.5.5. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Emissão, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

3.5.6 O prazo máximo para colocação pública com esforços restritos das Debêntures será de 6 (seis) meses, a contar da data de início de distribuição, a qual será após o registro para distribuição e negociação das Debêntures na CETIP, sendo que o exercício da garantia firme outorgada pelo Coordenador Líder será nos termos do disposto no Contrato de Distribuição.

3.5.7. Não haverá a possibilidade de aumento da quantidade de Debêntures por meio de opção de lote adicional ou lote suplementar.

3.6. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.6.1. O banco liquidante e escriturador mandatário da Emissão será o Banco Bradesco S.A., localizado na Cidade de Deus, Avenida Yara, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 ("Banco Liquidante e Escriturador Mandatário").

CLÁUSULA IV
CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), na Data de Emissão (conforme definido a seguir) ("Valor Nominal Unitário").

4.1.2. Quantidade de Debêntures: Serão emitidas 370 (trezentas e setenta) Debêntures.

4.1.3. Número de Séries: A Emissão será realizada em uma única série.

4.1.4. Tipo e Forma: As Debêntures são da forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados.

4.1.5. Comprovação de Titularidade das Debêntures: A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato, expedido pela CETIP, em nome do Debenturista, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente no CETIP²¹.

4.1.6. Espécie: As Debêntures são da espécie quirografária, com garantias adicionais.

4.1.7. Conversibilidade: As Debêntures são não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.1.8. Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos legais, a data de Emissão será 12 de abril de 2013 ("Data de Emissão").

4.1.9. Prazo e Vencimento: As Debêntures terão prazo de vencimento de 12 (doze) meses a contar da Data de Emissão, com vencimento em 12 de abril de 2014 ("Data de Vencimento"). Por ocasião da Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento, em uma única parcela o saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures que ainda estiverem em circulação, acrescido da Remuneração (conforme definido a seguir) devida na Data de Vencimento.

4.1.10. Garantias Adicionais:

4.1.10.1 As Debêntures contarão com as seguintes garantias adicionais reais (em conjunto "Garantias Reais"):

4.1.10.1.1. *Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Conta Bancária.* Por meio de contratos intitulados "*Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Conta Bancária em Garantia*" ("Contratos de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Conta Bancária") para garantir todas as obrigações principais e acessórias decorrentes desta Escritura, as SPEs cederão fiduciariamente, em favor dos titulares das Debêntures, representados pelo Agente Fiduciário, a propriedade, o domínio resolúvel e a posse indireta de (i) todos os direitos creditórios por elas detidos e a serem detidos, referentes aos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, bem como quaisquer contratos de compra e venda de energia a serem celebrados pelas SPEs ("Contratos de Comercialização de Energia" e "Direitos Creditórios", respectivamente), e (ii) todos os direitos detidos e a serem detidos em razão das contas corrente de titularidade das SPEs a serem identificadas nos Contratos de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Conta Bancária, nas quais deverão ser depositados todos os recursos relativos aos Direitos Creditórios.

4.1.10.1.2. *Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes.* Por meio do contrato intitulado "*Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes em Garantia*" ("Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes") para garantir todas as obrigações principais e acessórias decorrentes desta Escritura, as SPEs cederão fiduciariamente, em favor dos titulares das Debêntures, representados pelo Agente Fiduciário, a propriedade, o domínio resolúvel e a posse indireta de todos os direitos emergentes por elas detidos e a serem detidos, referentes às autorizações obtidas pelas SPEs por meio da Portaria n.º 411, de 10 de julho de 2012; da Portaria n.º 412, de 10 de julho de 2012 e da Portaria n.º 419, de 11 de julho de 2012, emitidas pelo Ministério de Minas e Energia, para a exploração dos 3 (três) parques eólicos desenvolvidos pela Santo Antonio de Pádua, São Cristóvão e São Jorge, localizados na cidade de Trairi, Estado do Ceará, com capacidade total instalada de 64 MW (sessenta e quatro megawatts) ("Projetos").

4.1.10.1.3. *Alienação Fiduciária das Ações de Emissão da Santo Antonio de Pádua, São Cristóvão e São Jorge.* Por meio do contrato intitulado "*Contrato de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia*" ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações"), para

garantir todas as obrigações principais e acessórias decorrentes desta Escritura, a Emissora alienará fiduciariamente, em favor dos titulares das Debêntures, representados pelo Agente Fiduciário, a totalidade das ações ordinárias de emissão das SPEs de sua titularidade, representativas de 100% (cem por cento) do capital social de cada SPE.

4.1.10.1.4. *Alienação Fiduciária de Bens Móveis.* Após a obtenção da anuência prévia da ANEEL para a constituição da alienação fiduciária em garantia de bens móveis de titularidade da SPE e a partir do momento em que a SPE possuir bens móveis que, individualmente ultrapassem o valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), a SPE celebrará um contrato intitulado “*Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Móveis em Garantia*” (“Contratos de Alienação Fiduciária de Bens Móveis”) por meio do qual alienará fiduciariamente, em favor dos titulares das Debêntures, representados pelo Agente Fiduciário, a propriedade, o domínio resolúvel e a posse indireta dos respectivos bens móveis pertencentes a cada SPE, para garantir todas as obrigações principais e acessórias decorrentes desta Escritura. Cada SPE se comprometerá ainda a aditar os respectivos contratos toda vez que adquirir bens móveis que individualmente ultrapassem o valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

4.1.10.2 As Debêntures contarão com as seguintes garantias fidejussórias (em conjunto, “Fiança”):

4.1.10.2.1 As Fiadoras neste ato obrigam-se, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, como fiadoras, renunciando expressamente ao benefício de ordem conforme descrito na Cláusula 4.1.10.2.3. abaixo, obrigando-se como principais pagadores e solidariamente com a Emissora, responsáveis por todas as obrigações da Emissora nos termos das Debêntures e desta Escritura, pelo pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, a Remuneração incidente sobre as Debêntures e os Encargos Moratórios (conforme definido abaixo), devidos pela Emissora nos termos das Debêntures e desta Escritura, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e desta Escritura (“Valor Garantido”).

4.1.10.2.2. As Fiadoras obrigam-se a pagar o Valor Garantido no prazo de 2 (dois)

dias úteis contados a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário às Fiadoras informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer parte do Valor Garantido. Os pagamentos serão realizados pelas Fiadoras de acordo com o estabelecido nesta Escritura e fora do âmbito da CETIP.

4.1.10.2.3. As Fiadoras expressamente renunciam aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza e demais direitos previstos nos artigos 366, 821, 827, 830, 834, 835, 837, 838 e 839, todos do Código Civil, e nos artigos 77 e 595, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 ("Código de Processo Civil").

4.1.10.2.4 As Fiadoras desde já reconhecem como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento integral do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures e das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura.

4.1.10.2.5 As Fiadoras sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto desta Cláusula, observado, entretanto, que as Fiadoras desde já concordam e obrigam-se a exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor honrado pelas Fiadoras nos termos da Fiança somente após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura.

4.1.10.2.6. A Fiança entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o completo, efetivo e irrevogável pagamento integral do Valor Garantido, inclusive nos casos de prorrogação da Emissão.

4.1.10.2.7 A Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes for necessário até a integral liquidação do Valor Garantido.

4.1.10.2.8 Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pelas Fiadoras com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

4.1.10.2.9 Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas desta Emissão não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

4.1.10.3 As Debêntures contarão com a garantia externa a ser outorgada pela Abengoa Espanha, a ser constituída nos termos desta Escritura, por meio da carta de garantia ("Letter of Guarantee") regida pelas leis da Espanha, na qual a Abengoa Espanha se responsabilizará pelo pagamento aos titulares das Debêntures e aos titulares das Debêntures das SPEs, todos representados pelo Agente Fiduciário, do valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário das Debêntures e das Debêntures das SPEs, acrescido da remuneração das Debêntures e das Debêntures das SPEs devidas até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos encargos moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora e pelas SPEs nos termos desta Escritura e das escrituras de emissão de Debêntures das SPEs proporcionalmente à sua participação, direta e/ou indireta, conforme o caso, no capital social da Emissora e/ou nas SPEs, sendo que tal proporção não excederá a 50% (cinquenta por cento) ("Garantia Externa" e, em conjunto com Garantias Reais e Fiança, "Garantias Adicionais").

4.1.10.4 As Garantias Reais serão compartilhadas com os titulares das debêntures da **(a)** presente Emissão de Debêntures; **(b)** 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantias adicionais, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da **São Jorge** ("Debêntures da São Jorge"); **(c)** 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantias adicionais, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da **São Cristóvão** ("Debêntures da São Cristóvão"); e **(d)** 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantias adicionais, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da **Santo Antonio de Pádua** ("Debêntures da Santo Antonio de Pádua" e, em conjunto com as as Debêntures da São Jorge e as Debêntures da São Cristóvão, "Debêntures das SPEs").

4.1.10.5. Observado os respectivos contratos de constituição das Garantias Reais, as Garantias Reais permanecerão válidas, eficazes e exequíveis e serão mantidas até: (i) a integral quitação das obrigações pecuniárias das Debêntures; (ii) a solicitação de liberação pela Emissora ao Agente Fiduciário para a obtenção de financiamento de longo prazo para qualquer dos Projetos ("Financiamentos de Longo Prazo") junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social- BNDES ("BNDES"), mediante (a) a apresentação de documentação que comprove a aprovação do Financiamento de Longo Prazo; e (b) desde que os recursos de tais Financiamentos de Longo Prazo venham a ser utilizados no Resgate Antecipado Obrigatório nos termos da

Cláusula 4.5 desta Escritura, sendo que o Resgate Antecipado Obrigatório ocorrerá imediatamente após a liberação dos recursos dos Financiamentos de Longo Prazo; ou (iii) a sua total excussão, pelo Agente Fiduciário, e este tenha recebido o produto da excussão das Garantias Reais.

4.1.10.5.1. A solicitação de liberação pela Emissora mencionada no item (ii) da Cláusula acima, deverá identificar quais Garantias Reais deverão ser liberadas, sendo que somente serão liberadas aquelas Garantias Reais necessárias para o Financiamento de Longo Prazo.

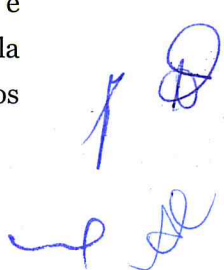
4.1.10.5.2. As Garantias Reais serão liberadas por meio de termo de quitação a ser entregue pelo Agente Fiduciário à Emissora no prazo de 2 (dois) dias úteis contados (a) da ocorrência do evento 4.1.10.5(i), ou (b) do recebimento de solicitação por escrito efetuado pela Emissora, sendo que o termo de quitação somente será entregue após recebimento, pelo Agente Fiduciário, de cópia simples de qualquer documento que comprove a aprovação interna do Financiamento de Longo Prazo pelo BNDES.

4.2. Amortização, Atualização Monetária e Remuneração

4.2.1. Amortização: As Debêntures serão objeto de amortização em uma única parcela na Data de Vencimento.

4.2.2. Atualização Monetária e Juros Remuneratórios

4.2.2.1. O Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado ou corrigido por qualquer índice ou taxa. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios, a partir da data da primeira subscrição e integralização das Debêntures ("Data da Primeira Integralização"), incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário e correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias de juros dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, extra grupo, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, acrescida exponencialmente a uma sobretaxa equivalente a 1,60% (um inteiro e sessenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI" e "Remuneração", respectivamente). A Remuneração será calculada, conforme fórmula abaixo, de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos



incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário desde a Data da Primeira Integralização até a Data de Vencimento, ou data de vencimento antecipado das Debêntures, ou na data de resgate antecipado, o que ocorrer primeiro, e seguirá, para todos os fins, os critérios definidos no “*Caderno de Fórmulas Debêntures CETIP21*”, disponível para consulta na página da Internet (<http://www.cetip.com.br>).

4.2.2.2. Pagamento da Remuneração: O pagamento da Remuneração será feito em uma única parcela, na Data de Vencimento (“Data de Pagamento da Remuneração”).

Data de Pagamento da Remuneração
12 de abril de 2014

4.2.2.3. Farão jus à Remuneração aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do dia útil anterior à Data de Pagamento da Remuneração.

4.2.2.4. Fórmula de Cálculo da Remuneração: O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{FatorJuros} - 1)$$

onde:

J = Valor unitário da Remuneração, acumulado no período, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, devidos no final de cada Período de Capitalização;

VNe = Valor Nominal de emissão ou saldo do Valor Nominal Unitário da Debênture, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e

FatorJuros = Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorJuros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread}), \text{ onde:}$$

FatorDI = Produtório das Taxas DI-Over com uso de percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

k = número de ordem da Taxa DI-Over, variando de 1 (um) até “n”;

n = número total de Taxas DI-Over, consideradas na apuração do “FatorDI”, sendo “n” um número inteiro; e

TDI_k = Taxa DI-Over de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

onde:

$$TDI_k = \left[\left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} \right] - 1$$

DI_k - Taxa DI-Over de ordem k, expressa na forma percentual ao ano, calculada e divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

spread – *Spread*, ou sobretaxa, na forma percentual ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais.

n – número de dias úteis entre a Data da Primeira Integralização, inclusive, até data de cálculo, exclusive, sendo “n” um número inteiro.

4.2.2.4.1. Observações:

- (i) O fator resultante da expressão $[1 + (TDI_k)]$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (ii) Efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + (TDI_k)]$, sendo que a cada fator diário acumulado trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (iii) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo; e
- (iv) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante

do produtório "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

- (v) O fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.2.2.5. Define-se "Período de Capitalização" como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data da Primeira Integralização, inclusive, e termina na Data de Vencimento ou data de vencimento antecipado das Debêntures, ou na data de resgate antecipado, o que ocorrer primeiro, conforme o caso, exclusive.

4.2.2.6. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Cláusula, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

4.2.2.7. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência de Taxa DI") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá, no dia útil seguinte ao prazo máximo de 10 (dez) dias úteis ora mencionado, convocar Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD") (no modo e prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações) para a definição, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de remuneração a ser aplicado, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração em vigor ("Taxa Substitutiva"). A AGD será realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal da Taxa DI o que ocorrer primeiro. Até a deliberação desse novo parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Cláusula, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida.

4.2.2.7.1. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD, a referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo dos juros remuneratórios das Debêntures desde o dia de sua indisponibilidade.

4.2.2.8. Caso não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definidas abaixo), a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados a partir da data da realização da respectiva AGD, qual a alternativa escolhida:

- (i) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos contados da data da realização da respectiva AGD ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data da Primeira Integralização. A Taxa DI a ser utilizada para cálculo da Remuneração das Debêntures nesta situação será a última Taxa DI disponível, conforme o caso; ou
- (ii) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento. Nessa alternativa, caso a Emissora pretenda realizar o resgate das Debêntures em mais de uma data, o resgate deverá ser realizado mediante sorteio, nos termos do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. Durante o cronograma estipulado pela Emissora para resgate das Debêntures e até o resgate integral das Debêntures será utilizado o parâmetro de remuneração a ser definido em AGD, por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, apresentada à Emissora na AGD a que se refere esta Cláusula, ou a última Taxa DI disponível, caso não haja acordo sobre a nova remuneração na AGD em questão.

4.2.3 O resgate aqui definido seguirá os procedimentos adotados pela CETIP ou por meio do Banco Liquidante e Escriturador Mandatário para os Debenturistas que não estejam com suas Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP²¹.

4.2.4 As Fiadoras desde já concordam com o disposto nas Cláusulas 4.2.2.6, 4.2.2.7 e 4.2.2.8 acima, declarando que o ali disposto não importará em novação,

conforme definida e regulada nos termos do artigo 360 e seguintes do Código Civil, mantendo-se a Fiança válida e em pleno vigor, inclusive no caso de acarretar a obrigação à Emissora de resgatar as Debêntures, conforme acima previsto, ou no caso de inadimplemento, pela Emissora, de tal obrigação. As Fiadoras desde já concordam e obrigam-se a firmar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação do disposto nas Cláusulas 4.2.2.6, 4.2.2.7 e 4.2.2.8 acima.

4.3. Condições de Subscrição e Integralização e Condições de Pagamento

4.3.1. Preço de Subscrição e Forma de Integralização: As Debêntures serão subscritas, a qualquer momento, durante o prazo de colocação das Debêntures, observado o disposto no artigo 8º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 476, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescida da Remuneração calculada nos termos da Cláusula 4.2.2. desta Escritura, conforme o caso. As Debêntures serão integralizadas, à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, de acordo com as normas de liquidação estabelecidas pela CETIP.

4.3.2. Local de Pagamento: Os pagamentos a que fizerem jus os Debenturistas, nos termos da Cláusula 4.2 desta Escritura, bem como aqueles relativos a quaisquer outros valores devidos nos mesmos termos da presente Escritura, serão efetuados no mesmo dia de seu vencimento utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP ou por meio do Banco Liquidante e Escriturador Mandatário para os Debenturistas que não estejam com suas Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP21.

4.3.3. Prorrogação dos Prazos: Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo ou dia em que não houver expediente comercial ou bancário na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipóteses em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.3.4. Multa e Encargos Moratórios: Sem prejuízo do disposto na Cláusula V a seguir, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, a Emissora será notificada pelo Agente Fiduciário com relação ao atraso,

sendo que o valor em atraso continuará a ser remunerado nos termos da Remuneração aplicável e, além disso, ficará sujeito à multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para a cobrança, desde que devidamente comprovadas.

4.3.5. Decadência dos Direitos aos Acréscimos: Sem prejuízo do disposto na Cláusula precedente, o não-comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de nenhum rendimento, acréscimo ou encargo moratório no período correspondente à data em que os recursos foram colocados à disposição para pagamento e a data efetiva de comparecimento do Debenturista para recebimento desses recursos, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.3.6. Imunidade de Debenturistas: Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar à Emissora e ao Banco Liquidante, no prazo de, no mínimo, 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que caso o Debenturista não envie a referida documentação à Emissora, esta fará as retenções de tributos conforme previsto em Lei.

4.4. Repactuação

4.4.1. As Debêntures desta Emissão não estarão sujeitas à repactuação programada.

4.5. Resgate Antecipado

4.5.1. Resgate Antecipado Facultativo. As Debêntures poderão ser resgatadas antecipadamente pela Emissora, integral ou parcialmente, desde que o Agente Fiduciário e os Debenturistas sejam notificados, por escrito, com 05 (cinco) dias úteis de antecedência, sendo que tal notificação deverá ser realizada nos termos da Cláusula 10.3 desta Escritura e deverá descrever os termos e condições do resgate antecipado incluindo (a) se o resgate antecipado será total ou parcial; e (b) a data efetiva para o resgate antecipado e informações referentes ao procedimento de resgate antecipado

("Resgate Antecipado Facultativo"). Caso o Resgate Antecipado Facultativo seja parcial, o Agente Fiduciário conduzirá um sorteio, nos termos do artigo 55, parágrafo 2º da Lei das Sociedades por Ações.

4.5.2. Resgate Antecipado Obrigatório. Caso ocorra desembolso de qualquer Financiamento de Longo Prazo obtido com o BNDES, a Emissora deverá no dia útil seguinte da liberação de qualquer dos Financiamentos de Longo Prazo efetuar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Obrigatório" e, em conjunto com o Resgate Antecipado Facultativo, "Resgate Antecipado"). O montante a ser resgatado será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário de tais Debêntures acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data da Primeira Integralização até a data do Resgate Antecipado Obrigatório, acrescido dos demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Obrigatório. Na hipótese de Resgate Antecipado Obrigatório, a Emissora deverá comunicar o Agente Fiduciário e os Debenturistas com até 05 (cinco) dias úteis de antecedência da data do desembolso de qualquer Financiamento de Longo Prazo obtido com o BNDES, sendo que tal comunicação deverá ser realizada nos termos da Cláusula 10.3 desta Escritura e deverá descrever os termos e condições do resgate antecipado, incluindo a data efetiva para o resgate antecipado e informações referentes ao procedimento de resgate antecipado.

4.5.3 Caso o Resgate Antecipado Facultativo ocorra antes da liberação de qualquer dos Financiamentos de Longo Prazo, o valor do resgate será o Valor Nominal Unitário das Debêntures a serem resgatadas acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data da Primeira Integralização até a data do Resgate Antecipado Facultativo, e demais encargos devidos e não pagos ("Saldo do Resgate"), acrescido de um prêmio de 0,40% (quarenta centésimos por cento) ao ano base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidente sobre o Saldo do Resgate, a ser pago na data do Resgate Antecipado Facultativo.

4.5.4. O pagamento para as Debêntures resgatadas será feito por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP21. A CETIP deverá ser comunicada através de correspondência encaminhada pela Emissora com o de acordo do Agente Fiduciário com pelo menos 1 (um) dia útil de antecedência da realização do Resgate Antecipado.

4.5.5. No caso de Resgate Antecipado Facultativo parcial mencionado acima, tal resgate deverá ser realizado para as Debêntures custodiadas eletronicamente no

CETIP²¹ de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

4.5.6. As Debêntures resgatadas antecipadamente deverão ser canceladas.

4.6. Aquisição Facultativa

4.6.1. As Debêntures não estarão sujeitas a aquisição facultativa.

4.7. Publicidade

4.7.1. Todos os atos e decisões que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas deverão ser obrigatoriamente comunicados, em até 02 (dois) dias úteis, na forma de avisos, no DOECE e no jornal "O Estado", bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores – *Internet* (www.santosenergia.com.br).

4.8. Liquidez e Estabilização

4.8.1. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

4.9. Fundo de Amortização

4.9.1. Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

CLÁUSULA V VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1. Observado o disposto nos itens a seguir e o prazo de carência indicado em cada item em relação ao evento nele previsto, o Agente Fiduciário declarará antecipadamente e automaticamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura e exigirá dela o imediato pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, encargos moratórios, se houver, e de

quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, mediante aviso ou notificação à Emissora, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses ("Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático"):

- (a) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora, independentemente do deferimento do respectivo pedido;
- (b) (i) decretação de falência da Emissora; (ii) pedido de autofalência pela Emissora; ou (iii) pedido de falência da Emissora formulado por terceiros não elidido no prazo legal;
- (c) não pagamento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária das Debêntures na respectiva data de vencimento, não sanado em até 05 (cinco) dias úteis contados das respectivas datas de vencimento, independente de aviso extrajudicial ou interpelação judicial;
- (d) liquidação, dissolução, extinção, cisão, fusão, incorporação, venda ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora que implique na alienação do controle acionário direto, exceto se a referida alienação (i) for realizada entre sociedades pertencentes ao grupo econômico da Emissora, incluindo sociedades controladoras e coligadas, desde que seja mantido o atual controlador direto, qual seja, o Banco Santander (Brasil) S.A.; e/ou (ii) for previamente aprovada pelos Debenturistas;
- (e) término antecipado da autorização ou suspensão do direito de exploração dos Projetos de titularidade das SPEs;
- (f) existência de sentença condenatória transitada em julgado relativamente à prática de atos, pela Emissora, que importem em infringência à legislação que trata do combate a discriminação de raça ou gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, assédio moral ou sexual, bem como a crime contra o meio ambiente e/ou existência de restrições cadastrais, incluindo, mas não se limitando ao Cadastro de Empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravo, nos termos da Portaria Interministerial nº 2, de 12 de maio de 2011, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, impeditivas em nome da Emissora, seus sócios e dirigentes;

- (g) pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra forma de remessa de recursos aos acionistas da Emissora, caso haja qualquer inadimplemento no âmbito da Emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- (h) transformação do tipo societário da Emissora, de sociedade anônima para sociedade limitada, nos termos do artigo 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (i) ato de qualquer autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades, das ações do capital social da Emissora, desde que não suspenso, judicial ou extrajudicialmente, pela Emissora no prazo de 15 (quinze) dias da data do referido ato;
- (j) alteração do controle acionário direto ou indireto da Emissora, exceto se a referida alteração do controle (i) for realizada entre sociedades pertencentes ao grupo econômico da Emissora, incluindo sociedades controladoras e coligadas, desde que seja mantido o atual controlador direto, qual seja, o Banco Santander (Brasil) S.A.; e/ou (ii) for previamente aprovada pelos Debenturistas;
- (k) venda, pela Emissora, de ativos dos Projetos objeto das Garantias Reais, observado o disposto na Cláusula 4.1.10.5 desta Escritura;
- (l) contratação de novas dívidas bancárias em montante individual superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) pela Emissora ou por qualquer SPE, exceto os Financiamentos de Longo Prazo;
- (l) prestação de garantias para terceiros pela Emissora e/ou pelas SPEs, com a exceção das garantias a serem oferecidas para os Financiamentos de Longo Prazo;
- (m) alteração do objeto social da Emissora, que modifique substancialmente as atividades atualmente por ela praticadas;
- (n) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária ou declaração de vencimento antecipado de quaisquer operações financeiras (empréstimos locais ou

internacionais, instrumentos derivativos e outras operações similares) ou de mercado de capitais contratadas pela Emissora com os Debenturistas, no mercado local ou internacional, exceto nos casos em que tal inadimplemento tenha sido devidamente sanado dentro de seu prazo de cura específico, caso aplicável;

- (o) redução do capital social da Emissora, sem a prévia anuência dos Debenturistas;
- (p) não pagamento pelas Fiadoras das obrigações pecuniárias das Debêntures devidas pela Emissora e não pagas na respectiva data de vencimento, após o decurso do prazo de cura, caso aplicável, em até 2 (dois) dias úteis da ocorrência do inadimplemento da Emissora com relação as obrigações pecuniárias desta Escritura;
- (q) comprovação inequívoca de que quaisquer declarações prestadas pela Emissora em qualquer dos documentos relacionados à Emissão são falsas em quaisquer aspectos relevantes; ou
- (r) nulidade ou inexecutibilidade desta Escritura ou das Garantias Adicionais declaradas em decisão judicial final transitada em julgado, ou em decisão interlocutória cujos efeitos não sejam reformados em até 20 (vinte) dias úteis corridos da publicação da referida decisão, sendo certo que, no caso de tal decisão ter sido proferida em decorrência de procedimentos atualmente existentes, o vencimento antecipado só poderá ser declarado se, uma vez não reformado os efeitos da decisão no prazo aqui previsto, referida decisão seja cumprida integralmente pelas partes envolvidas, desde que as Garantias Adicionais em questão não se refiram a Projetos cujo financiamento com recursos da Emissão tenha sido objeto de Resgate Antecipado Obrigatório nos termos da Cláusula 4.5 desta Escritura ou tenham sido extintos nos termos da Cláusula 4.1.10.4 desta Escritura.

5.2. O Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 15 (quinze) dias úteis da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos eventos listados a seguir, observados os respectivos prazos de carência previstos abaixo, AGD para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a ser realizada observado o *quorum* específico estabelecido na Cláusula 5.3, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses ("Vencimento Antecipado por meio de AGD"):

- (a) protestos cambiários contra a Emissora cujo valor unitário ou agregado

ultrapasse R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), salvo se, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contado da ocorrência do referido protesto, (i) a Emissora comprove que tal protesto tenha sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, (ii) o protesto for cancelado, ou, ainda, (iii) forem prestadas garantias em juízo ou se estiver sendo contestado de boa-fé;

- (b) não cumprimento de qualquer decisão arbitral ou sentença judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva contra a Emissora em valor individual ou agregado superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), ou seu valor equivalente em outras moedas, desde que a Emissora não comprove o pagamento ao Agente Fiduciário no prazo de 15 (quinze) dias úteis a partir do referido pagamento, do referido valor total, nos prazos e termos estabelecidos em referida decisão judicial transitada em julgado ou decisão arbitral definitiva;
- (c) não obtenção, não renovação, cancelamento, revogação, intervenção, extinção ou suspensão por período superior a 60 (sessenta) dias, das autorizações, licenças, inclusive ambientais, exigidas para construir, operar e manter os Projetos;
- (d) descumprimento de legislação socioambiental e de saúde e de segurança do trabalho, ou ocorrência de qualquer irregularidade ou evento relacionado aos Projetos, que possa levar os órgãos competentes a considerar descumprida qualquer norma de proteção ambiental ou trabalhista.
- (e) arresto, sequestro ou penhora de bens do ativo permanente da Emissora cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data do fato, o arresto, sequestro ou penhora seja cancelado ou suspenso;
- (f) comprovação inequívoca de que quaisquer declarações prestadas pela Emissora em qualquer dos documentos relacionados à Emissão são incorretas ou enganosas em quaisquer aspectos relevantes;
- (g) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura, não sanada no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data do recebimento de notificação escrita do Agente Fiduciário nesse sentido, sendo que tal prazo poderá ser prorrogado com a devida justificativa previamente

aprovada pelos Debenturistas;

- (h) autuação pelos órgãos governamentais de caráter fiscal, ambiental ou defesa da concorrência, entre outros, que possa vir afetar a capacidade operacional, legal ou financeira da Emissora, sua controlada ou coligadas;
- (i) anulação desta Escritura ou das Garantias Adicionais declaradas em decisão judicial final transitada em julgado, ou em decisão interlocutória cujos efeitos não sejam reformados em até 60 (sessenta) dias úteis corridos da publicação da referida decisão, sendo certo que, no caso de tal decisão ter sido proferida em decorrência de procedimentos atualmente existentes, o vencimento antecipado só poderá ser declarado se, uma vez não reformado os efeitos da decisão no prazo aqui previsto, referida decisão seja cumprida integralmente pelas partes envolvidas, desde que as Garantias Adicionais em questão não se refiram a Projetos cujo financiamento com recursos da Emissão tenha sido objeto de Resgate Antecipado Obrigatório nos termos da Cláusula 4.5 desta Escritura ou tenham sido extintos nos termos da Cláusula 4.1.10.5 desta Escritura;
- (j) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária ou declaração de vencimento antecipado de quaisquer operações financeiras (empréstimos locais ou internacionais, instrumentos derivativos e outras operações similares) ou de mercado de capitais contratadas pela Emissora com terceiros, exceto com os Debenturistas, no mercado local ou internacional, exceto nos casos em que tal inadimplemento tenha sido devidamente sanado dentro de seu prazo de cura específico, caso aplicável; ou
- (k) não manutenção dos seus bens e ativos devidamente segurados, se aplicável.

5.3. Após a realização da AGD mencionada na Cláusula 5.2, o Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura e exigirá dela o imediato pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, a menos que titulares das Debêntures representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

5.4. As Debêntures resgatadas em decorrência das hipóteses de Vencimento

Antecipado Automático ou Vencimento Antecipado por AGD serão canceladas.

CLÁUSULA VI
OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DAS FIADORAS

6.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, a Emissora e cada uma das Fiadoras, conforme aplicável, obriga-se, ainda, a:

6.1.1. Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) no prazo máximo de 3 (três) meses corridos após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, caso não estejam disponíveis na CVM;
- (b) avisos aos titulares de Debêntures, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos titulares de Debêntures, no 2º (segundo) dia útil após sua publicação ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
- (c) em até 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento de solicitação, qualquer informação relevante para as Debêntures que lhe venha a ser solicitada, por escrito, pelo Agente Fiduciário;
- (d) informações a respeito da ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado referidas na Cláusula V, 1 (um) dia útil após o seu conhecimento pela Emissora, sem prejuízo do Agente Fiduciário declarar antecipadamente vencidas as obrigações relativas às Debêntures, nos limites desta Escritura;
- (e) cópia de qualquer comunicação à Emissora relativa a uma causa de término de sua autorização ou suspensão do direito de exploração dos Projetos de titularidade das SPEs;
- (f) mensalmente, 30 (trinta) dias após a aquisição de bens móveis que individualmente ultrapassem o valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de

reais), declaração a respeito do andamento do pedido de anuência à ANEEL para a constituição da alienação fiduciária de tais bens móveis das SPEs até a obtenção da respectiva anuência a ser concedida pela ANEEL e constituição da alienação fiduciária dos bens móveis em questão;

(g) informações socioambientais relativas aos Projetos, em especial aquelas concernentes às autorizações, licenças e afins, inclusive em relação ao atendimento das respectivas condicionantes; e

(h) apresentação de documentação que comprove a aprovação do Financiamento de Longo Prazo.

6.1.2. Preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM.

6.1.3. Submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras anuais a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM.

6.1.4. Divulgar suas demonstrações financeiras anuais, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, no prazo de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social, manter tais documentos em sua página na rede mundial de computadores pelo prazo de 3 (três) anos e enviar às entidades administradoras dos mercados em que as Debêntures forem admitidas à negociação.

6.1.5. Estruturar e manter em adequado funcionamento o atendimento aos Debenturistas.

6.1.6. Manter válidos e regulares todos os alvarás, concessões, licenças, autorizações ou aprovações necessários ao regular funcionamento da Emissora e dos Projetos, efetuando todo e qualquer pagamento necessário para tanto.

6.1.7. Observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;

6.1.8. Divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando

imediatamente ao Coordenador Líder e as entidades administradoras dos mercados em que as Debêntures forem admitidas à negociação;

6.1.9. Manter atualizados e em ordem seus livros e registros societários.

6.1.10. Cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando ainda as informações que lhe forem solicitadas.

6.1.11. Manter seus bens e ativos devidamente segurados, se aplicável.

6.1.12. Não praticar qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social e/ou com esta Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares das Debêntures.

6.1.13. Cumprir, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos.

6.1.14. Manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação as declarações e garantias prestadas nesta Escritura.

6.1.15. Aplicar os recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures estritamente conforme descrito na Cláusula 3.4 acima.

6.1.16. Manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, as Garantias Adicionais prestadas em favor dos Debenturistas, observados os termos desta Escritura.

6.1.17. Providenciar a transcrição da alienação fiduciária das ações, prevista no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, no livro de ações das SPEs em nome do Agente Fiduciário e apresentar o livro ou cópia autenticada da página do livro de ações das SPEs em que estiver registrada a alienação fiduciária das ações das SPEs para o Agente Fiduciário no prazo de 07 (sete) dias, contados da data de assinatura desta Escritura.

6.1.18. Fornecer as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP.

6.1.19. Comprovar os registros das Garantias Reais e da Fiança nos cartórios de registro

de títulos e documentos competentes, nos prazos neles estabelecidos.

6.1.20. No prazo de 07 (sete) dias contados da anuência prévia da ANEEL, fazer com que cada SPE celebre o Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Móveis ou aditamento a tal contrato, conforme o caso, caso a SPE adquira bem móvel que individualmente ultrapasse o valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

6.1.21. No prazo de 10 (dez) dias contados da celebração, pelas SPEs, dos Contratos de Comercialização de Energia, fazer com que cada SPE celebre o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Conta Bancária.

6.1.22. Constituir a Garantia Externa, em termos aceitáveis aos Debenturistas.

6.1.23. Apresentar ao Agente Fiduciário as cópias das apólices dos seguros contratados pelas SPEs para os Projetos, se aplicável, quando da emissão da apólice.

CLÁUSULA VII AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. Nomeação

7.1.1. A Emissora constituiu e nomeia o Agente Fiduciário dos Debenturistas desta Emissão, **Planner Trustee DTVM Ltda.**, acima identificado, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures.

7.2. Remuneração do Agente Fiduciário

7.2.1. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- (a) parcelas anuais de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) cada uma, sendo a primeira parcela devida 05 (cinco) dias úteis após a assinatura desta Escritura e as demais parcelas no mesmo dia dos anos subsequentes até a Data de Vencimento, ou enquanto o Agente Fiduciário representar os interesses dos

Debenturistas;

- (b) o pagamento das parcelas de remuneração descritas acima deverão ser feitos ao Agente Fiduciário, acrescidos dos valores relativos aos impostos e incidentes sobre o faturamento: ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), e COFINS (Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social) incluindo quaisquer juros, adicionais de impostos multas ou penalidades correlatas que porventura venham a incidir com relação a tais tributos sobre operações da espécie, bem como, quaisquer majorações das alíquotas já existentes, de forma que o Agente Fiduciário receba a remuneração como se tais tributos não fossem incidentes;
- (c) as parcelas referidas acima serão atualizadas, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do pagamento da primeira parcela, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente calculada *pro rata temporis*;
- (d) caso a Emissora não esteja adimplente com todas as suas obrigações assumidas na Escritura ou em caso de reestruturação prévia das condições das Debêntures após a subscrição, será devido ao Agente Fiduciário, uma remuneração adicional correspondente a R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) por hora-homem de trabalho dedicado à (i) a assessoria aos Debenturistas, (ii) comparecimento em reuniões com a Emissora e/ou com os Debenturistas, (iii) a implementação das consequentes decisões dos Debenturistas e da Emissora, e para (iv) a execução das Garantias Adicionais. A remuneração adicional deverá ser paga pela Emissora ao Agente Fiduciário no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a entrega do relatório demonstrativo de tempo dedicado, por mês durante o período em a Emissora permanecer nessa situação; e
- (e) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ora proposta, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido.

7.2.1.1 A remuneração prevista no *caput* desta cláusula será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança na inadimplência de obrigações referentes às Debêntures não sanadas pela Emissora.

7.2.1.2 Não estão incluídas na remuneração eventuais despesas relativas a viagens, estadas, publicações, reconhecimento de firmas, cópias autenticadas, notificações, extração de certidões, entre outros necessárias ao exercício das atribuições do Agente Fiduciário, durante ou após a fase de implantação do serviço. Essas despesas, se necessárias, deverão ser acordadas previamente com a Emissora.

7.2.1.3 A remuneração do Agente Fiduciário não inclui as despesas por este incorridas no exercício de suas funções e no cumprimento de seus deveres, que serão reembolsadas pela Emissora na forma da Cláusula 7.6 a seguir.

7.3. Substituição

7.3.1. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, AGD para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.3.2. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma já prevista na presente Escritura, salvo se outra for negociada com a Emissora, sendo por esta aceita por escrito, prévia e expressamente, conforme disposto na Cláusula 7.3.6 a seguir.

7.3.3. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, pedindo a sua substituição.

7.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim, observado a Cláusula 7.3.2 acima.

7.3.5. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à

sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada (“Instrução CVM 28”).

7.3.6. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, o qual deverá ser arquivado na JUCEC.

7.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura, ou, no caso de agente fiduciário substituto, no dia da celebração do correspondente aditamento à Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição ou até a data de vencimento das Debêntures.

7.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.4. Deveres

7.4.1. Além de outros previstos em lei, em atos normativos da CVM, ou na presente Escritura, consistem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura e nas Garantias Adicionais, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) verificar a regularidade da constituição das Garantias Adicionais, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;

- (f) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- (g) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (h) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures e da Emissão, se for o caso;
- (i) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora e das Fiadoras ou de outras comarcas que entender necessário;
- (j) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora e/ou nas Fiadoras, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (k) convocar, quando necessário, a AGD mediante anúncio publicado, através de anúncio publicado pelo menos por 3 (três) vezes, nos veículos de comunicação referidos na Cláusula 4.7.1 desta Escritura, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- (l) enviar à CVM e à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, um dia após a data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e, tão logo tenha acesso, a proposta a ser submetida à AGD;
- (m) comparecer à AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, e enviar à CVM e à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, no mesmo dia da AGD, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias corridos, cópia da ata referida assembleia;

(n) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea "b" do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

- i. eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
- ii. alterações estatutárias ocorridas no período;
- iii. comentários sobre as demonstrações financeiras anuais da Emissora com relação aos indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
- iv. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- v. constituição e aplicações do fundo de amortização de Debêntures, quando for o caso;
- vi. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;
- vii. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
- viii. declaração (a) acerca da suficiência e exequibilidade das Garantias Adicionais; e (b) sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- ix. resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- x. existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais

emissões:

- (x.1) denominação da companhia ofertante;
- (x.2) valor da emissão;
- (x.3) quantidade de debêntures emitidas;
- (x.4) espécie;
- (x.5) prazo de vencimento das debêntures;
- (x.6) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e
- (x.7) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplimento no período.

(o) disponibilizar o relatório de que trata o inciso “n” acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

- (p.1) na sede da Emissora;
- (p.2) em seus escritórios ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
- (p.3) na CVM;
- (p.4) na CETIP; e
- (p.5) na sede do Coordenador Líder;

(p) publicar, às expensas da Emissora mediante aprovação prévia de orçamento, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no inciso “n” acima;

- (q) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário e/ou à CETIP;
- (r) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura;
- (s) sem prejuízo do disposto na Cláusula V acima, notificar os Debenturistas, por edital, nos termos da Cláusula 4.7.1 acima, (i) no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos na hipótese de descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, nos termos da alínea "a" da Cláusula 5.1 acima; (ii) no prazo máximo de 20 (vinte) dias na hipótese de qualquer outro inadimplemento, pela Emissora e/ou por qualquer Fiadora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e à CETIP;
- (t) coordenar o resgate ou sorteio, conforme o caso, das Debêntures a serem resgatadas ou amortizadas;
- (u) divulgar as informações referidas na Cláusula 7.4.1(n)(x) em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento; e
- (v) acompanhar o cálculo do Valor Nominal Unitário das Debêntures e divulgá-lo aos Debenturistas ou à CETIP através de seu website ou sempre que solicitado.

7.5. Atribuições Específicas

7.5.1. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora e/ou das Fiadoras, observados os termos e condições desta Escritura:

- (a) declarar, observadas as deliberações da AGD e as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) executar as Garantias Adicionais, aplicando o produto no pagamento, integral

ou proporcional, dos Debenturistas;

- (c) requerer a falência da Emissora /ou de qualquer uma das Fiadoras ou iniciar procedimento da mesma natureza quando aplicável;
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora e/ou de qualquer uma das Fiadoras; e
- (e) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas.

7.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “e” acima se, convocada a AGD, esta assim o autorizar por deliberação de unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação quando a tal hipótese se referir ao disposto na alínea “d” acima.

7.6. Despesas

7.6.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

7.6.2. O Agente Fiduciário prestará contas à Emissora das despesas mencionadas na Cláusula 7.6.1 acima para o fim de ser por ela ressarcido em até 10 (dez) dias úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

7.6.2.1. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma da Cláusula 7.6.2 acima, será acrescido à dívida da Emissora.

7.6.3. No caso de inadimplemento da Emissora e/ou das Fiadoras, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros,

depósitos, custas e taxas judiciárias de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, desde que relacionadas à solução da inadimplência aqui referida, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência, com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

7.6.3.1. Excluem-se das obrigações de antecipação de recursos estipuladas na Cláusula 7.6.3 acima, os Debenturistas impedidos por lei de fazê-lo, devendo os demais Debenturistas ratear as despesas relativas à sua participação no total das Debêntures em Circulação, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos Debenturistas que efetuarem o rateio em proporção superior à sua participação das Debêntures em Circulação quando de eventual recebimento de recursos por aqueles Debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação no total das Debêntures em Circulação.

7.6.4. As despesas a que se refere esta Cláusula compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses Debenturistas.

CLÁUSULA VII
ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1. Convocação

8.1.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em AGD, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão de Debenturistas. A AGD pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

8.1.2. A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

8.1.3. As AGD serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. A AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da assembleia em primeira convocação.

8.1.4. Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura, será considerada regular a AGD a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

8.1.5. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os *quoruns* estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à assembleia ou do voto proferido na respectiva AGD.

8.1.6. Não será admitida na AGD a presença de quaisquer pessoas que não sejam parte deste instrumento ou que não comprovem sua condição de debenturistas ou seu mandatário, mediante a prévia apresentação de documentos regulares de identificação, societários e procurações. Documentos estrangeiros serão aceitos desde que devidamente consularizados e registrados em cartório.

8.2. Quorum de Instalação

8.2.1. A AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

8.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos *quorums* de instalação e/ou deliberação da AGD previstos nesta Escritura, considera-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures emitidas, excluídas aquelas: (a) mantidas em tesouraria pela Emissora; (b) as de titularidade de (i) empresas controladas (direta ou indiretamente) pela Emissora; (ii) controladoras (ou grupo de controle) e/ou coligadas da Emissora; e (iii) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a quaisquer das pessoas anteriormente mencionadas, bem como as Debêntures de titularidade de diretores, conselheiros e seus parentes até segundo grau. Para efeitos de *quorum* de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

8.2.3. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas AGD.

8.3. Mesa Diretora

8.3.1. A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

8.4. Quorum de Deliberação

8.4.1. Nas deliberações da AGD, a cada "Debênture em Circulação" caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Observado o disposto nesta Cláusula, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, observado que (i) as alterações nas condições de vencimento antecipado não automático (ou seja, Cláusula 5.2), alterações referentes à forma, ao resgate e à espécie das Debêntures, bem como os encargos aplicáveis às Debêntures, deverão contar com a aprovação de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação; (ii) alterações na Remuneração e/ou prazos e condições de vencimento, excetuando-se as alterações na Remuneração e/ou na Amortização, decorrentes do disposto na Cláusula 4.2.2.8, periodicidade de pagamento de juros remuneratórios das Debêntures, Repactuação ou Amortização das

Debêntures, bem como nas condições de vencimento antecipado automático (ou seja, Cláusula 5.1) e/ou dispositivos sobre *quorum* previstos nesta Escritura, deverão contar com aprovação de Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

CLÁUSULA IX DECLARAÇÕES E GARANTIAS

9.1. O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora:

- (a) sob as penas da lei, não ter nenhum impedimento legal, conforme parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM 28 para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (e) estar ciente da regulamentação aplicável, emanada do Banco Central do Brasil e outras autoridades competentes;
- (f) é equiparado a uma instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (g) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (h) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (i) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário,

nos termos da regulamentação aplicável vigente;

- (j) ser uma sociedade validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação atualmente vigente;
- (k) a verificação, pelo Agente Fiduciário, a respeito da veracidade das declarações prestadas pela Emissora se deu através das informações fornecidas pela Emissora e no limite das informações fornecidas por esta, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações ora apresentadas, com o que os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo;
- (l) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (m) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem nenhuma obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário; e
- (n) na data de assinatura da presente Escritura, conforme organograma encaminhado pela Emissora, identificou que presta serviços de agente fiduciário na 1ª emissão de debêntures simples, da espécie quirografária, com garantias adicionais reais, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da MS Participações Societárias S.A., com vencimento em 21 de agosto de 2013, em que foram emitidas 160 (cento e sessenta) debêntures, na data de emissão, no montante total de R\$160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da MS Participações Societárias S.A. são garantidas por garantia real, conforme previsto na escritura de emissão;
- (o) assegura e assegurará, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da Instrução CVM 28, tratamento equitativo a todos os Debenturistas desta Emissão e aos debenturistas da emissão de debêntures indicada na alínea (n) acima.

9.1.1. O Agente Fiduciário responde perante os Debenturistas pelos prejuízos que lhes causar por culpa ou dolo no exercício de suas funções.

9.2. A Emissora e cada uma das Fiadoras, neste ato declaram e garantem:

- (a) com exceção das Fiadoras, não ter nenhuma ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (b) que são sociedades por ações devidamente organizadas, constituídas e existentes sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
- (c) que as pessoas que as representam na assinatura desta Escritura têm legitimidade e poderes bastante para tanto;
- (d) que a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora e pelas Fiadoras;
- (e) que todas as autorizações societárias e consentimentos necessários à celebração desta Escritura e ao cumprimento de todas as obrigações assumidas nesta Escritura foram obtidas e encontram-se válidas, eficazes e em pleno vigor;
- (f) exceto pela concessão do registro das Debêntures na CETIP, estão devidamente autorizadas e obtiveram todas as licenças, registros e autorizações necessários à celebração, formalização e cumprimento, conforme o caso, desta Escritura, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) que os termos desta Escritura não contrariam (a) qualquer contrato ou documento nos quais sejam parte ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; (b) qualquer lei, decreto ou regulamento ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que as afetem ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (h) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e eficaz, exequível

de acordo com seus termos e condições, uma vez que foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade da Emissora e das Fiadoras;

- (i) estão adimplentes com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura, nesta data; e
- (j) não são, nesta data, de conhecimento da Emissora e das Fiadoras a existência de nenhuma ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora e nas Fiadoras em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades.

9.2.1. A Emissora e cada uma das Fiadoras comprometem-se a notificar imediatamente o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornarem-se inverídicas, imprecisas ou incorretas.

CLÁUSULA X

DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Renúncia

10.1.1. Não se presume a renúncia a quaisquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. Custos de Registro

10.2.1. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

10.3. Comunicações

10.3.1. Todos os documentos e as comunicações, deverão ser sempre feitas por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer uma das partes, nos termos desta Escritura de Emissão, deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para Emissora e para as Fiadoras:

Santos Energia Participações S.A., Central Eólica São Jorge S.A., Central Eólica São Cristóvão S.A. e Central Eólica Santo Antonio de Pádua S.A.

Avenida Senador Virgílio Távora, n.º 1.701, sala 707

CEP: 60.170-251, Fortaleza, CE

At.: Sr(a). Andressa Cesario / Bernardo Veloso

Tel: (85) 3055-3651 / 3055-3655

Fax: (85) 3055-3650

E-mail:

andressa.cesario@santosenergia.com.br / bernardo.veloso@santosenergia.com.br

Para o Agente Fiduciário:

Planner Trustee DTVM Ltda.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.900, 10º andar

CEP: 04538-132, São Paulo, SP

At.: Sra. Viviane Rodrigues

Tel: (11) 2172 2628

Fax: (11) 3078 7264

E-mail: vrodrigues@planner.com.br

Para o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário:

Banco Bradesco S.A.

Núcleo administrativo Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara

CEP 06029-900, Osasco, SP

At.: Sra. Pérsia Alves Gonçalves de Barros / Sr. João Batista de Souza

Tel.: (11) 3684-9444 / 3684-7911

Fax: (11) 3684-2714

E-mail: 4010.persia@bradesco.com.br / 4010.jbsouza@bradesco.com.br

Para a CETIP:

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Avenida República do Chile, n.º 230, 11º andar, Rio de Janeiro, RJ

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar, São Paulo, SP

CEP: 01452-001, São Paulo, SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Tel: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

Site: www.cetip.com.br

10.3.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo Correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 02 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

10.3.3. A mudança de qualquer um dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, a todas as partes pelo Agente Fiduciário ou pela Emissora.

10.4. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

10.4.1. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

10.5. Efeito Vinculante

10.5.1. Esta Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.

10.6. Independência das disposições

10.6.1. A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o integral cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

10.7. Lei Aplicável

10.7.1. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.8. Foro

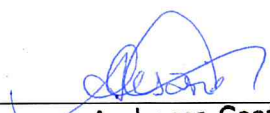
10.8.1. Fica eleito o Foro da Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 11 (onze) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas a seguir assinadas, a tudo presentes.

Fortaleza, 09 de abril de 2013


Página de assinaturas da Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Santos Energia Participações S.A.

SANTOS ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.


Nome: **Andressa Cesário**
Diretora Financeira
Cargo:


Nome: **Marcelo Mariano**
Diretor Técnico
Cargo:

CENTRAL EÓLICA SÃO JORGE S.A.


Nome: **Andressa Cesário**
Diretora Financeira
Cargo:


Nome: **Marcelo Mariano**
Diretor Técnico
Cargo:

CENTRAL EÓLICA SÃO CRISTÓVÃO S.A.


Nome: **Andressa Cesário**
Diretora Financeira
Cargo:

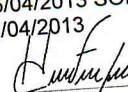

Nome: **Marcelo Mariano**
Diretor Técnico
Cargo:

CENTRAL EÓLICA SANTO ANTONIO DE PÁDUA S.A.


Nome: **Andressa Cesário**
Diretora Financeira
Cargo:


Nome: **Marcelo Mariano**
Diretor Técnico
Cargo:



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ -SEDE
CERTIFICO O REGISTRO EM: 15/04/2013 SOB Nº: ED001082000
Protocolo: 13/049104-7, DE 12/04/2013
Empresa: 23 3 0003346 9
SANTOS ENERGIA PARTICIPAÇÕES
S A

HAROLDO FERNANDES MOREIRA
SECRETARIO-GERAL



Página de assinaturas da Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Santos Energia Participações S.A.

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.

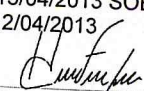


Nome:
Cargo: **Viviane Rodrigues**
Diretora



Nome: **Flávio D. Aguetoni**
Cargo: **Procurador**

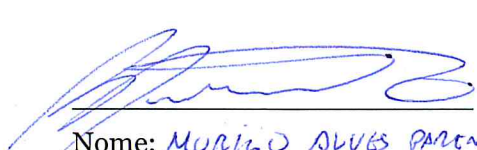


JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ -SEDE
CERTIFICO O REGISTRO EM: 15/04/2013 SOB Nº: ED001082000
Protocolo: 13/049104-7, DE 12/04/2013
Empresa: 23 3 0003346 9
SANTOS ENERGIA PARTICIPAÇÕES
S A


HAROLDO FERNANDES MOREIRA
SECRETARIO-GERAL

Página de assinaturas da Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Santos Energia Participações S.A.

TESTEMUNHAS:



Nome: MURILLO ALVES PARENTE FILHO

Cargo: ADVOGADO



Nome: Carlos Alberto de Menezes Pereira Neto

Cargo: Adv. Adm. Privilegiado

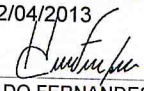


JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM: 15/04/2013 SOB Nº: ED001082000

Protocolo: 13/049104-7, DE 12/04/2013

Empresa: 23 3 0003346 9
SANTOS ENERGIA PARTICIPAÇÕES
S A



HAROLDO FERNANDES MOREIRA
SECRETARIO-GERAL